



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 75.741.330/0001-37

Praça dos Três Poderes, 500 – Fone/Fax: 43-472-4600 – CEP: 86870-000 – Ivaiporã – Pr.

*Devolvido ao
Executivo
[assinatura]*

PROJETO DE LEI Nº 06/2002

EMENTA- Regulamenta o Art. 213 da Lei Orgânica do Município de Ivaiporã, Estado do Paraná de acordo com a Lei Federal nº 9.785/99 e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores de Ivaiporã, aprovou e EU Prefeito Municipal sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º - Por esta Lei, ficam devidamente regulamentados o Art. 213 da Lei Orgânica do Município de Ivaiporã, Estado do Paraná, e a Emenda Modificativa à Lei Orgânica do Município nº 01/2002, de 26-3-2002, em obediência aos critérios da Lei Federal nº 9.785/99.

Art. 2º - As diretrizes para as obras de infra-estrutura básica vigorarão pelo prazo máximo de quatro anos, de acordo com o Art. 7º § Único da Lei Federal nº 9.785/99.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, no ato de aprovação do loteamento e comprovante do termo de verificação da execução das obras exigidas de acordo com o Inciso V do Art. 18 da Lei Federal nº 9.785/99, incluirá, no mínimo, a execução das vias de circulação do loteamento, quadras e logradouros e das obras de escoamento das águas pluviais ou da aprovação de cronograma, com duração máxima de quatro anos, acompanhado de competente instrumento de garantia para a execução das demais obras.

Art. 4º - A regularização de loteamento pela Prefeitura Municipal de Ivaiporã, quando for o caso não poderá contrariar o disposto nos arts. 3º e 4º, ressalvado o disposto n § 1º deste último da Lei Federal nº 9.785/99.

Art. 5º - Quando a execução total do projeto de loteamento não for imediata, o proprietário, na forma da Lei, firmará compromisso com a Prefeitura Municipal de Ivaiporã, de executar as obras nele inclusas mediante cronograma de obras, improrrogáveis por 04 (quatro) anos, prestando caução real no valor a ser estipulado.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Adail Bolívar Rother", aos oito dias do mês de abril do ano de 2002.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, a Lei Federal nº 6.766/79, desde a sua edição não estava mais a atender as necessidades nem a acolher as substanciais mudanças havidas no País, podendo ser vista, em alguns de seus aspectos, como fator inibidor do mais ordenado e racional desenvolvimento das cidades, fatores também inseridos em nossa Lei Orgânica Municipal no seu Art. 213, através da EM nº 01/2002. A expectativa nossa junto aos Nobres Vereadores, é que a Lei Federal nº 9.785/99, juntamente com este Projeto de Lei nº 06/2002 que regulamente a questão, é a de que estimulem a

RECEBIDO(S) NESTA DATA

Câmara Municipal de Ivaiporã

Lido em sessão realizada

Em, 22 / 04 / 2002

Protocolo N.º 1697/02
Ivaiporã, 10 de 04 de 2002
José J. J. J.

Leonilda Iori
Oficial Administrativa

- Pedido de vista pelo Ser. Luiz Carlos de Oliveira - Rejeitado - Voto contrário ao pedido: Votou matematicamente A. de Sousa Jr., Eder Roger Figueira, Heitor Garcia e Helio Cruz

Remissão Ordinária
1ª Jirama

Câmara de Vereadores

APROVADO pela maioria - Voto contrário:
Em 06/05/2002
Ata(s) n.º 2.050
Leonilda Iori
Oficial Administrativa
Cyro F. Bonê Junior, ornato
Hort e Luiz Carlos de Oliveira

Remissão Extraordinária
2ª Jirama

Câmara de Vereadores

APROVADO → pela maioria - Voto contrário = maioria
Em 09/05/2002
Ata(s) n.º 2.051
Leonilda Iori
Oficial Administrativa
Hort, Cyro F. Bonê Junior e
Luiz Carlos de Oliveira.

- Em 10.05.2002 o presente Projeto de Lei foi retirado de pauta pelo Presidente Antônio L. da Real.

Câmara de Vereadores

APROVADO
Em _____
Ata(s) n.º _____

- Enviado ao Executivo
no dia 10.05.2002

Leonilda Iori



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 75.741.330/0001-37

Praça dos Três Poderes, 500 – Fone/Fax: 43-472-4600 – CEP: 86870-000 – Ivaiporã – Pr.

produção de novos loteamentos como também a reformulação mais ampla da legislação sobre loteamentos do solo urbano de interesse ao desenvolvimento de nossa cidade, atendendo assim a demanda dos interessados e principalmente em atenção da própria cidade, que lamentavelmente a especulação imobiliária, faz com que a cidade seja sufocada no meio de terrenos baldios, trazendo com isso enormes prejuízos para quem ainda não possui terreno para construir a sua residência.

Em assim sendo, aguardamos a aprovação do presente Projeto de Lei, pelo que antecipamos nossos agradecimentos.



Pedro Wilson
Prefeito Municipal





CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Projeto de Lei nº. 06/2002 do Executivo.

SÚMULA: - Regulamenta o Artigo 213 da Lei Orgânica do Município de Ivaiporã, Estado do Paraná de acordo com a Lei Federal nº. 9.785/99 e dá outras providências.

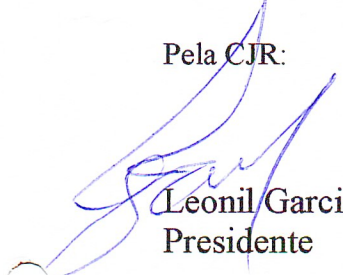
PARECER

As Comissões acima mencionadas, ao examinarem o Projeto de Lei, em pauta, concluíram ser o mesmo lógico e constitucional, esta redigida dentro das normas e regras gramaticais, não cabendo neste aspecto nenhum reparo a fazer, as Comissões resolvem emitir Parecer favorável pela sua aprovação.

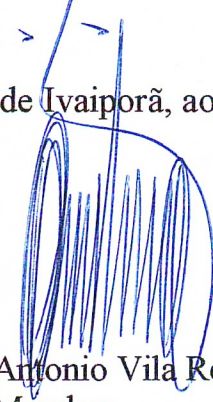
É O PARECER.

Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Ivaiporã, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dois.

Pela CJR:

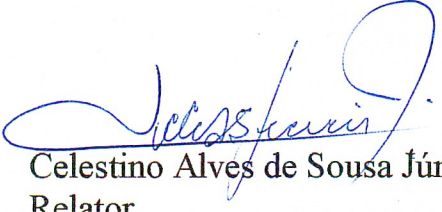

Leonil Garcia
Presidente

Cyro Fernandes Corrêa Júnior
Relator


Antonio Vila Real
Membro

Pela CFO:


Helio Cruz Leão
Presidente


Celestino Alves de Sousa Júnior
Relator

Luiz C. de Oliveira
Membro



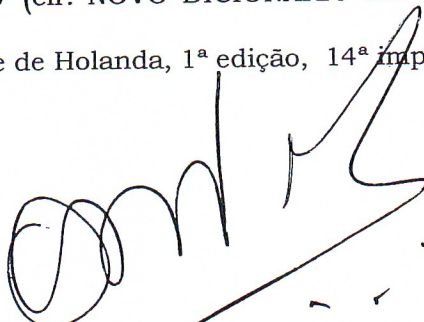
Ivaiporã, aos 10 de maio de 2.002

Ilmos. Srs. Vereadores
Luiz Carlos da Silva e
Mário Hort
Ivaiporã (RP)

Senhores Vereadores:

Instado que fui a manifestar-me por meio de parecer a respeito do Projeto de Lei nº **06/2002** oriundo do Poder Executivo de Ivaiporã, passo a assim fazer, conforme me compete:

1.- Embora a ementa do Projeto de Lei em exame tenha informado que ele "*Regulamenta o art. 213 da Lei Orgânica do Município de Ivaiporã...*", não visualizei nele, embora tenha me aprofundado em sua leitura, qualquer Regulamento ao art. 213. Regular, verbo transitivo direto que é, tem o sentido de regular, regularizar, sujeitar alguma coisa a regulamento (cfr. NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, Aurélio Buarque de Holanda, 1ª edição, 14ª impressão).





Pois bem. O tal projeto de Lei não regula nem regulamentar o artigo 213, da Lei Orgânica do Município de Ivaiporã, com a nova redação que lhe foi dada pela Emenda 01/2002 desta Casa de Leis.

Ao contrário, em vez de o Projeto de Lei 06/002 regulamentar a atual disposição do art. 213 da LOM citada, ele a altera profundamente, retirando de tal artigo uma série de obrigações para o parcelamento e venda de lotes urbanos.

Aliás, a verificação de tal afirmação é fácil e não demanda grandes estudos: atualmente, e nos termos da Emenda que o modificou, o artigo 213 determina que “o Município para autorizar o registro de loteamento, exigirá que o imóvel contenha um mínimo de infra-estrutura, constituído de: rede de energia elétrica, inclusive iluminação pública, rede de água potável, rede de esgotos, galerias de águas pluviais, meio-fio, calçada e pavimentação asfáltica”. Vale dizer: nenhum projeto de loteamento poderá ser aprovado sem que o imóvel parcelado tenha o mínimo de infra-estrutura mencionado (repite-se, **rede de energia elétrica, rede de água potável, rede de esgotos, galerias de águas pluviais, meio-**

fio, calçada e pavimentação asfáltica). Nenhum loteamento poderá, então, ser aprovado pelo Município sem o preenchimento de todas essas pré-condições, é lógico e assim se depreende da leitura e da interpretação que os senhores vereadores pretenderam conferir ao citado artigo 213 da Lei Orgânica do Município de Ivaiporã.

E ao retirar a obrigatoriedade de todas as pré-condições obrigatórias e atuais do art. 213 da LOM, evidente é que o Projeto de Lei 06/2002 não regulamenta tal artigo, mas o altera profundamente (retirando obrigações dos loteadores, evidente que não se pode chamar tal de regulamentação, e sim de supressão - do verbo suprimir que quer dizer, entre outros, cassar, anular, extinguir, fazer com que desapareça, conforme dicionário citado), passando a exigir, somente, vias de circulação -sem falar em asfaltamento, (reserva para) quadras e logradouros e aprovação de cronograma (duração de quatro anos) para obras de escoamento de águas pluviais.

Nos termos do Projeto de Lei 06/2002 (**SUPRESSIVO E NÃO REGULAMENTADOR**), os loteadores poderão efetuar vendas de áreas que ainda não contêm a infra-estrutura básica prevista pela Lei



Federal 9.785/99 , em flagrante desrespeito ao seu art. 3º, parágrafo 5º, que estabelece as normas para o parcelamento do solo urbano.

Já o atual art. 213 não ofende a Lei Federal citada, certo como passa, conforme compete ao Município, a estabelecer um “mais” e não como a atual emenda supressiva, um “menos” às normas da referida Lei Federal.

Acredito, assim, que o Projeto de Lei 06/2002 ofende a Lei 9.785/99, lei essa específica ao parcelamento do solo urbano e que, salvo melhor juízo, deve ser adequacionada a todas as Leis Orgânicas dos Municípios, evidentemente que ainda de acordo com o Plano Diretor de cada um deles.

2.- Como emenda supressiva (ou com elevada carga de alteração) à norma contida na Lei Orgânica do Município de Ivaiporã, também entendo que a votação do Projeto de Lei 06/2002 haverá de ser levada a efeito nos termos em que o foi a da Emenda Modificativa 01/2002 (com votação em dois turnos). Ademais, como se trata de alteração profunda na Lei



que rege as relações entre a administração pública municipal e os munícipes em geral, entendo que a votação deve ser, sempre, por meio de sessões ordinárias (aliás, não me consta, ou ao menos não me foi remetido qualquer pedido ou justificativa do Poder Executivo pretendendo a votação de tal projeto de lei em regime de urgência, motivo pelo qual a Mesa Diretora não poderá assim proceder).

3.- O artigo 37 da Constituição Federal estabelece os princípios básicos da administração pública, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O princípio da moralidade estabelece que a administração deverá sempre agir de acordo com a ética, a boa-fé e a legalidade. Já o da impessoalidade determina que nenhuma norma pública deverá ser dirigida a qualquer pessoa, devendo regular de modo geral as relações entre a administração e os particulares. A violação de qualquer desses princípios inibe a edição de atos, contratos ou instrumentos administrativos válidos e capazes de produzir efeitos jurídicos.

Não entenderiam os senhores vereadores, como os loteadores já iniciaram ven-



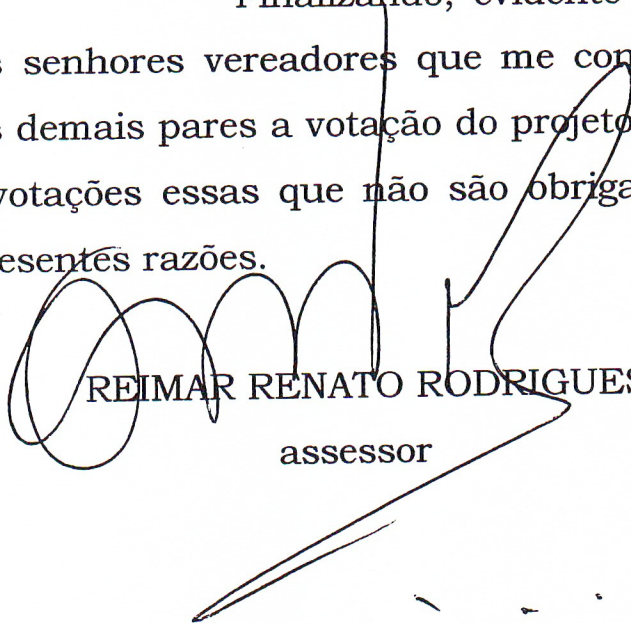
Handwritten text, possibly a signature or a name, written in a cursive or script style. The text is faint and difficult to decipher, but it appears to be a single word or a short phrase.



Handwritten text at the bottom right corner, possibly a signature or a name, written in a cursive or script style. The text is faint and difficult to decipher, but it appears to be a single word or a short phrase.

das e inundaram a cidade de placas oferecendo lotes a preços irrisórios, que a pretensão de supressão de pré-condições é dirigida e especialmente aos loteadores, cujos nomes são de conhecimento da população em geral ???

Finalizando, evidente é que incumbe aos senhores vereadores que me consultaram e a seus demais pares a votação do projeto de lei em exame, votações essas que não são obrigadas a ater-se às presentes razões.



REIMAR RENATO RODRIGUES
assessor

